**FABI GROSSI E A PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: estudo etnográfico de um experimento no Facebook**

**Cristiane Moreira da Silva[[1]](#footnote-1);**

**Marilene de Oliveira[[2]](#footnote-2);**

**Isabela da Cruz Gomes[[3]](#footnote-3);**

**Edson Fernando Sabadin da Silva[[4]](#footnote-4)**

**Francyne dos Santos Andrade[[5]](#footnote-5);**

**Rafael Welington Moreira Botelho[[6]](#footnote-6);**

**Sylvio Pecoraro Júnior[[7]](#footnote-7)**

**Pamela Mendonça Teixeira de Brito[[8]](#footnote-8);**

**Caique Leonardo Inacio da Silva[[9]](#footnote-9)**

**Resumo:** Instrumentos e técnicas agem como mediadoras, produtos e produtoras e onde se conservar representações e valores influindo na organização social e individual. A transmissão dessas representações encontra na mídia e nas relações em rede, um campo para violação de direitos, exposição agressiva com intento de constrangimento da intimidade do outro. Esse processo de exposição da intimidade, da margem para uma prática conhecida como *pornografia de vingança*. Entendendo-se a gravidade dessa prática, e na intenção de informar e combater, foi criado o "projeto caretas", apoiado pela UNICEF. A questão problema é quais seriam os efeitos desse experimento na saúde mental, alterações comportamentais e atitudes dos usuários. A discussão alude para questão de gênero implicadas na pornografia de vingança. Identificando mal-estar nos participantes sendo necessário aprofundar a pesquisa para averiguação dos possíveis riscos.

**DESENVOLVIMENTO**

O ser humano sempre buscou maneiras para aperfeiçoar sua relação com o mundo, isso por do desenvolvimento de ferramentas capaz de mediar e auxilia-lo nessa interação. Tais instrumentos sociais, simultaneamente, são produtos e produtoras do modelo de organização social/ grupal e individual. As modificações baseiam-se fundamentalmente no inerente mecanismo de conexão que é estabelecido entre os elementos, direto ou indiretamente presentes, que por sua vez, propiciam e consolidam uma relação dialógica e confluente que permitir a abertura para inúmeras possibilidades interpretativas, simbolização e de uso do instrumento. (LÉVY, 1996).

Desconstruindo a problemática por muito tempo sustentada da primazia do indivíduo sobre o objeto podendo afirmar, como exposto por Santaella e Cardoso (2015, p.170), que há uma mediação técnica “que vê em ambos um par dialógico simétrico e uma gênese de propriedades novas, dada pela conjunção homem-máquina.” Implicando afirmar, portanto, na capacidade de transformação das coisas por meio das associações e conexões respondendo, assim, pelo constante fluxo e que permite o aparecimento de múltiplos movimentos de reelaboração e ressignificação das coisas, produções e das próprias relações.

Assim tal posicionamento considera a adesão da sociedade e natureza como partes de um plano ontológico compartilhado. Assegurando a atuação de humanos e não-humanos, como agentes com iguais poderes de construção buscando, assim, a quebra das dualidades (subjetivo/objeto, individuo/sociedade, etc.) também desfaz a noção de relação unidirecional concebida entre as categorias. Pressuposto fundamental que marcar o hibridismo entre humanos e não-humanos (LOTELLI, 2016). Deste modo, “A simetria permite perceber que o mundo, a realidade e todas as entidades atuantes são produto de relações, fabricações e construções intermináveis, em que o objetivo e o subjetivo se misturam e se transformam” (TONELLI, 2016 p. 384).

Pode-se-ia contar a história da humanidade, a começar por seu nascimento, como uma sucessão de aparecimentos de objetos, cada um deles indissociável de uma forma particular de dinâmica social. Então se veria que todo novo tipo de objeto induz um estilo particular de inteligência coletiva e que toda mudança social consequente implica uma investigação de objeto. Na duração antropológica, os coletivos e seus objetos são criados pelo mesmo movimento. (LÉVY, 1996, p. 131).

Conforme Pierre Lévy (1996, p. 75) “Há poucas virtualizações da ação e muitas atualizações da ferramenta”. Assim, afirmar-se que paralelo as atualizações emergem alterações nas concepções sobre si mesmo, o ‘objeto’ e a realidade acarretando transformações e reorganizações dos modelos perceptivos e comportamentais em relação a esses mesmos objetos técnico e do ambiente. Dessa forma, a técnica em todo contexto contribui para a formação particular de apreender e ser no mundo e na estruturação da cognição coletiva (LÉVY, 1996).

Segundo Pierre Lévy (1996) a inteligência coletiva se apresenta sobre alguns importantes determinantes, sendo elas: a conectividade, semiótica, axiológica e a energética. Pondo-as como dimensões complementares e constituintes do macro-psiquismo, alocando-as dentro de operações interdependente e que se desenrola no centro da estrutura megapsíquica seja na abertura ou encerramento de vias conectivas, transformações de representações e signos que estão em circulação, re/elaboração, manutenção de valores e ideologias sociais, e por fim, modificar em algum nível ou aspecto a carga afetiva associado as representações em trânsito. Toda ação, pensamento, técnica guarda algum grau de relação com aspectos individuais e o corpo social, deste modo, como dito por Lévy, “Cada um, a todo instante, contribui para o processo da inteligência coletiva” (1996, p. 69).

Nessa perspectiva, o conhecimento não se apresenta nem como instância material ou imaterial, mas sim desterritorializado, perpassa diversos organismos e estruturas, “[...] a informação e o conhecimento são da ordem do acontecimento ou do processo.” (LÉVY, 1996, p.56). Na era tecnológica o conhecimento sofre uma potencialização em seu aspecto básico marcando-se agora pela maior flexibilidade, dinâmica e pelo caráter cooperativo e coletivo de produção que se realiza em rede. Contudo, como propõe Lévy (1996) “Novas técnicas ou novas configurações socioeconômicas podem a todo momento recolocar em questão a ordem e a importância dos conhecimentos” (p. 54).

Assim, observa-se a contínua transformação engendrada pela relação e ação dos atuantes esboçando a incerteza e o caráter fluido da identidade dos elementos participantes, como exposto por Cardoso e Santaella (2015, p.170) **“** Sujeito, objeto ou qualquer outra categoria usada para classificar um elemento da produção do sentido só pode ser visto como tal a partir da construção do texto e a partir da relação que ele guarda com o contexto, no qual se insere.**”**

Pode envolver o ato de deslocar ou o ato de substituir alguma coisa. Sempre envolve transformação. Consequentemente, o que é envolvido em uma translação – seja conhecimento, pessoas ou coisas – sempre assume uma identidade incerta. Cada ato de translação transforma o que translada como também aquilo que é transladado. (CZARNIAWSKA, 2009 *apud* TONELLI, 2016)

Através e fomentado por essa dinâmica relacional são produzidas e reconfiguradas as perspectivas em voga. As visões e entendimentos acerca do próprio corpo e o corpo outro vão se alterando, junto com as dimensões políticas, histórica, socioculturais e econômicas definindo uma concepção de ser e estar e influindo nos modelos de projeção e expectativas sociais conforme a estrutura biológica. (BORIS; CESÍDIO, 2007).

Nesse viés o corpo pode ser apreendido como objeto de mediação e via para transmissão de ideais, perspectivas de mundo e modelos de comportamento socialmente aceitos, é por onde se expressam valores e desejos sociais e pessoais. “Desta forma, podemos perceber que o corpo e a subjetividade são construídos historicamente, ou seja, cada sociedade tem seu modelo de corpo e cada época tem seu modo particular de representá-lo” (BORIS; CESÍDIO 2007, p. 453). E sobre este, que também se assume como instrumento, onde recai e é projetado modelos de verdade e medidas de controle, legitimadoras de ações e que reafirmam ideologias dominantes.

A interação desenvolvida entre o sujeito e a sociedade permite a transmissão de conteúdos aceitos e compartilhados entre seus membros ao longo das gerações. Tendo as instituições como valores e princípios construídos e mantidos socialmente influindo e inferindo diretrizes de condutas e pensamentos esperados para determinados grupos e indivíduos dentro do âmbito social (CARDOSO; IANNI 1968). Como Lévy propõe, “Os rituais, as religiões, as morais, as leis, as normas econômicas ou políticas são dispositivos para virtualizar os relacionamentos fundados sobre as relações de forças, as pulsões, os instintos ou os desejos imediatos” (LÉVY, 1996 p. 77).

Nessa dinâmica relacional, atentando-se para o contato com organismos humanos e não humanos, com ênfase no momento e na dimensão cultural. Tendo a cultura como “[...] a maneira de o sujeito organizar seu pensamento, suas relações interpessoais, seus ideais e sua forma de perceber o mundo” (BORIS e CESÍDIO, 2017, p. 455). As dimensões socioculturais e individual agem como instâncias essências presentes em todo processo assegurando, assim a necessária existência de uma estrutura interdependente para a constituição do sujeito tomando-o mais que uma parte, mas como ser comparticipe na construção de uma(s) e/ou sua(s) realidade.

Tal movimento permite-o, simultaneamente, o contato com os próprios conteúdos intrapsíquicos e dos quais moldam suas experiencias e seu modo de estar-no-mundo. A transmissão dessas representações pela interação encontra, atualmente, novos espaços e meios para sua objetificação. A mídia passa a atuar significativamente na vida do indivíduo operando como mais um instrumento social de transmissão de ideias, valores e influindo até mesmo sobre o processo de socialização e reconfiguração cultural.

É igualmente importante enfatizar o modo pelo qual as normas sociais, os padrões ideais, a trama de expectativas, tendem a ser mudados, reconhecida ou imperceptivelmente, pelos atos dos indivíduos em resposta a outras influencias, inclusive desenvolvimentos tecnológicos. (CARDOSO; IANNI 1968 p. 36).

Assumindo papel tão importante quanto qualquer outra instituição social (escola, família, religião) a mídia passa a trabalhar ativamente sobre os significados e símbolos sociais e individuais e, sobretudo no processo de subjetivação. Deste modo, “A informação computadorizada e as biotecnologias estão produzindo uma transformação fundamental na estrutura e no significado da cultura e da sociedade moderna.” (ESCOBAR, 2016, p.21)

Como coloca Moreira (2010) “A mídia define o conteúdo e a forma do pensamento e da ação do sujeito”. Aludir-se para quase um monólogo, porém, afirmando sobretudo, ainda a essencial existência de relação entre mídia e sujeito na sensibilização deste último para efetivação do discurso. Destarte, se antes era possível afirmar a interdependência indivíduo e ambiente, atualmente, acrescenta-se, a relação de codependências nas vertente midiática e subjetividade (MOREIRA, 2010).

Nesse viés as relações constituídas entre os diversos organismos operam como mecanismo fundamental para a constituição de tudo o que existe. Dessa forma, chama-se atenção para a interdependência e constante interação dos atores para a produção e manutenção de uma rede que produz e é produzida e, com isso influindo sobre os modos de organização e constituição de seus componentes. De igual modo, a relação tecnologia e humano gera movimentos que se interferem e se atravessam propiciando o cultivo de novos fluxos de pensamentos, discursos e práticas (MOREIRA, 2010; OLIVEIRA, 2016).

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação acarretou mudanças expressivas nas relações dissolvendo fronteiras e ampliando as possibilidades de interações sociais. Caracteristicamente marcada pela desterritorialização, dissolução da noção público e privado e pela heterogênese atua difundido conteúdos que até então eram restritos a determinados grupos, e passando a atuar como veículo no compartilhamento de informações, ideias, valores e até mesmo problemas sociais de grupo e ‘subgrupos’ constituintes de diferentes espaços geográficos. (LÉVY, 1996; SILVA, 2010).

Permitindo levar a público informações sobre a gestão dos governos, conflitos, as diversas crises humanitárias que se alastram pelo globo, mobilizações sociais em plano nacionais e internacionais entre outras possibilidades. Trabalhando na divulgação de casos de violação de direitos sociais e cívicos e como ferramenta propiciadora de mudanças sociais e culturais.

Configurando-se em um aspecto característico do processo de virtualização, pois, “ao liberar o que era apenas aqui e agora, ela abre novos espaços, outras velocidades” (LÉVY, 1996, p. 72), expandindo o contato com diferentes contextos permitindo a ampliação do entendimento, porém, atrelado a isso surge outro movimento de reafirmação de representações e saberes já presentes ou impele e reivindicam para novas produções e por (re)organizações nas práticas sociais (NICOLACI-DA-COSTA, 2002).

E a exemplo do problema que responde por uma faceta significativa deste trabalho: a violência de gênero. Esta é reflexo de um sistema sócio histórico que modela a relação desenvolvida entre homens e mulheres, e entre ela e toda a conjuntura socioeconômica, política e jurídico vigente. A mulher por muito tempo manteve-se sobre um conjunto de condições limítrofes, silenciadoras, de inferiorização e exclusão de sua existência. Todavia diversas movimentações começaram a surgir expressando seu descontentamento com a condição vivida, propondo e reivindicando por igualdade de direitos. De tal forma que, “Seria necessário, assim, recriar a relação com o gênero masculino.” (SILVA, 2010 p. 559).

Conforme Silva “[...] a cristalização de muitos dos conceitos de que o direito deveria estar a serviço dos homens, denominados os mais fortes, serviram para construir falsas ideias e moldar muitos dos preconceitos contra o sexo feminino.” (SILVA, 2010, p. 561). A legitimação e subordinação a papeis sociais, mesmo estes não correspondendo a realidade das mulheres e até mesmo a sua participação na construção e reafirmação dessas representações, passam a serem difundidas socialmente e induzem a um sistema de atitudes e crenças. Paralelo e consequente a isso, advém a validação de diversos padrões de pensamentos e condutas em relação ao grupo (SILVA, 2010).

No intuito de reafirmar a hegemonia e *status quo* dos homens, “As mulheres morriam em nome da honra masculina, em silêncio ou em segredo, às vezes devido a questões ligadas à sua vida privada ou à sua intimidade [...]”. (SILVA, 2010 p. 561). Corroborando com tais ideias dados apresentados pelo Atlas da Violência (2018) produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em 2016 foram contabilizadas 4.645 mulheres assassinadas em território nacional. Tendo as regiões nordeste e sudeste com as maiores taxas de violência contra a esse grupo, no ano de 2012. Ainda em 2016 foram notificadas nas policias brasileiras 49.497 casos de estupros, enquanto isso, no SUS – Sistema único de Saúde, obteve apenas 22.918 registros de violência de tal natureza, dados estes que evidenciam a grande subnotificação dos casos, e que por sua vez, não correspondem a verdadeira realidade e dimensão do problema.

Dessa forma, no período de vigência do sistema patriarcal, a luta das mulheres não se voltou somente para a igualdade de direitos, mas, também, para a libertação do sofrimento psíquico devido à sua marginalização na sociedade, incluindo seu corpo e seus desejos. (BORIS; CESÍDIO 2007, p. 460).

Por muito tempo essa violação foi encarada como atos normais e legitimados pela conjuntura social de tal forma que inexistiam espaços de exposição e visibilidade para essa problemática, porém, com advento tecnológico esse cenário começa-se a ser refeito passando a imprensa agora trazer a público as violências sofridas pelas mulheres. Expondo a violência que se expressa nas mais diversas formas, seja ela física, sexual, assassinatos, torturas psicológicas, mutilação genital, entre outras (SILVA, 2010).

No nosso entender, a violência que a mulher sofre está no seu dia a dia, incorporada e enraizada no imaginário social coletivo da nossa sociedade, de homens, mas também de mulheres, que legitimam a subordinação do sujeito feminino ao domínio do poder masculino. A violência contra as mulheres está velada no mascaramento e na subordinação da nossa linguagem cotidiana, no uso de expressões e de diversos jogos de linguagem, nas palavras de duplo sentido, na criação de referenciais para dar conta de uma realidade que não é a mais condizente com o seu papel na sociedade, também na criação de estereótipos que moldam formas singulares de preconceito e discriminação através de personagens da vida cotidiana, tais como a doméstica, a dona de casa, a professorinha, a mãe e a garota de programa estilo exportação, entre tantos outros tipos, cuja imagem se transformou em um objeto tão vendável quanto qualquer outro produto de consumo, com o corpo explorado através da mídia, além de servir às leis imperativas do comércio e do turismo sexual (SILVA, 2010 p. 560).

As concepções a respeito do corpo feminino influem sobre suas produções subjetivas. Sendo a subjetividade construída dentro um contexto sócio histórico e através da relação do indivíduo com os outros e com o mundo. Expresso por Boris e Cesídio (2007, p. 467) a subjetividade é construída “[...] a partir da qualidade das relações sociais e da maneira como elas são vivenciadas, particularizadas e organizadas.” A mídia tida como uma expressão cultural, assume diversas finalidades isto, de acordo, com o modo de sua apropriação, observando sua influência na organização subjetiva de homens e mulheres e transmissão de padrões de comportamentos, atitudes, refazendo um molde corporal de ambos, por fim, perfila um conjunto de características acerca dos gêneros. (BORIS; CESÍDIO 2007).

Colocando a mídia como participante na constituição e reafirmação de ideias equivocadas acerca da mulher e de seu papel social, trabalhando com estratégias sutis de objetificação do corpo e exploração de sua sexualidade, colocando sua intimidade a venda como uma peça de espetáculo. Com base na afirmação de Boris e Cesídio (2007) “Neste sentido, o modo de vida das pessoas que constituem uma sociedade representa a forma como é construída sua cultura, pois ela compreende reações, características e maneiras de conduta de cada indivíduo em diversas situações” (p. 455). Deste modo, embora, todos as lutas, avanços e conquistas em relação a questão de direitos e igualdade de gênero, ainda é nítido no imaginário coletivo os padrões de pensamento de subjugação da imagem feminina a um ditame social, cultural, corporal e sexual com padrões de inferiorização, controle e tutela masculina.

A internet assume duas formas de desempenho, isto é, enquanto elemento cultural que responde pela capacidade de influenciar como qualquer outro artefato dentro de uma sociedade com objetivos específicos e situados e, em segunda perspectiva, é vista como a própria cultura pois oferece e (re)cria o ‘lugar’ onde toda a cultura passa a ser composta e construída. (POLIVANOV, 2013). Sob essa perspectiva a internet frente a violência e outros problemas sociais operam, paralelo a outras possibilidades, como ambiente de reafirmação e de reconstituição das bases da violação, preconceito e discriminação. Tantona divulgação quanto como meio de concretização das violações (CAVALCANTI; MENEZES 2014).

Neste mesmo ambiente dissolve-se a fronteira entre público e privado, conteúdos entendidos anteriormente como parte do espaço íntimo passam a ter os meios tecnológicos como via para divulgação, a noção de intimidade não mais está protegida e resguardada como outrora, ela está voltada para fora, para o espetáculo. Observando um forte apelo a exposição e espetacularização imagética de aspectos da vida cotidiana. O olhar do outro passa então a assumir um papel de legitimar a intimidade que é exposta. (SILVA, 2018).

A cultura inclina-se a um forte apelo a divulgação e visibilidade de imagens pessoais estas que abrangem quaisquer situações da vida (festividades ou não, momentos a sós ou compartilhado) e com outra perspectiva abre-se também para o fenômeno “*aftersex*” - são imagens tiradas após relações sexuais e que são postas na rede. Outra prática de expressão da sexualidade se refere ao “*Sexting*” que trata também da produção e compartilhamento em redes sociais de materiais de caráter sexual, textos eróticos. (MENEZES; CAVALCANTI, 2014).

De acordo a *Safernet* – entidade referência nacional no enfrentamento aos crimes e violação de Direitos Humanos na internet -, em uma pesquisa desenvolvida entre 2012 e 2013, com 2834 participantes, constatou-se que destes 43,77% passam mais de três horas na internet, tendo estes majoritariamente - 57% e 42%, com idades entre, respectivamente, 14 a 18 anos e 10 a 13 anos. Trazendo dados sobre os comportamentos on-line 12,1% alegaram já ter publicado voluntariamente fotos íntimas na internet, e 31,05% já receberam texto ou imagens pornográficas. E quanto a relacionamentos virtuais 22% afirmaram já terem namorados pela internet e, desses, 45% o fizeram mais de uma vez. Ademais, é necessário enfatizar que destes apenas 22% recorrem aos responsáveis na vivencia de situações perigosas neste ambiente.

O uso e o poder proporcionado pela tecnologia e as relações permitidas em rede tornam-se chaves fundamentais para a transposição e transparência das ideias e concepções vigente e incitadas pela época. Cavalcanti e Menezes (2014) afirmam que “a mensagem veiculada deve ser analisada levando-se em consideração os fatores socioculturais que a engendram” (p. 35). Atuando sobre outra perspectiva, como novo campo de violação de direitos, exposição agressiva com intento de humilhação da intimidade do outro.

Introduzindo-se em novos ambientes traçando percursos menos direto - como a violência física – mas com igual ou superior impacto de devastação sobre a vítima e seu entorno. Com esse processo de exposição e consumo da intimidade, toda facilidade e agilidade na troca de dados, pôde-se perceber o surgimento de uma prática conhecida como *pornografia de vingança*, que consiste no compartilhamento, sem o consentimento da vítima, de conteúdos pornográficos na internet, sendo o autor alguém com quem a vítima manteve relacionamento amoroso e após o rompimento expõe imagens íntimas do casal ou da vítima em dispositivos digitais. Como salienta Menezes e Cavalcanti (2014) tal postura traz embutido “O direito que os homens acreditam possuir, expondo as mulheres de tal forma, deixa transparecer o ranço patriarcal que permeia a tolerância social existente frente à violência contra a mulher.” (p.42).

Dentro dessa lógica de exposição exponencial da intimidade no ambiente on-line este fenômeno - pornografia de vingança - além de, se tornar mais frequente também atinge cada vez mais jovens e adolescentes. A organização não governamental *Safernet* desde 2009 traz pesquisas sobre a utilização da internet por crianças e adolescentes para o compartilhamento e a solicitação de conteúdo sexual colocando que o compartilhar desse conteúdo é cada vez menos consensual. Apontando as mulheres como principais alvos tanto para a exposição de materiais íntimos como para casos de *cyberbullying*. Após aumento destas ações em 2015, o número de “vazamento de nudes” declinou, entretanto, não diminuindo o prejuízo psicológico de suas vítimas.

Alertando para o aumento dessa prática entre os anos de 2012 e 2014 - dados da *Safernet*, relatando 224 solicitações de ajuda por vazamento de imagens íntimas. Enfatizando ser um fenômeno que atinge majoritariamente mulheres, tendo a cada quatro vítimas uma é menor de idade e os homens como principais responsáveis. Frisando sobre o comportamento social de responsabilização da mulher pela situação de exposição negligenciando o papel do homem no ocorrido, atitudes que impedem a reflexão sobre as nuances socioculturais e psíquicas presentes neste fenômeno (CAVALCANTI; MENEZES, 2014).

Dado a diversidade de usuário e a interatividade proporcionada entre eles e, estes com o conteúdo, a abrangência territorial e a velocidade, características próprias do ambiente on-line, observa-se a ampliação e os significativos impactos nas esferas da vida pessoal, social, profissional etc., além dos abalos psíquicos, alvos de julgamentos morais, e humilhação que fica sujeita as vítimas. Acrescentado as consequências irreversíveis facilitado por essa exposição, em 2013 duas adolescentes, de Porto Alegre e Piauí, cometeram suicídio após terem fotos intimas expostas na rede. (ILHA, 2013). Como Cavalcanti e Menezes acrescentam “a exposição indesejada e danosa de homens não aconteça com a mesma frequência ou repercussão que a de mulheres, o que também aponta para a objetificação da mulher.” (CAVALCANTI E MENEZES, 1996, p.43).

Dada a gravidade da pornografia de vingança, e a necessidade de informar e combater a mesma, foi criado o "Projeto Caretas". Este refere-se a um experimento independente, apoiado pela UNICEF, que consiste na produção de um perfil no *Facebook*, classificado como personagem fictício, que permite que usuários interajam por meio do aplicativo Messenger com um robô denominado Fabi Grossi, personagem que acaba de vivenciar a pornografia de vingança, com um vídeo intimo sendo divulgado nas redes sociais pelo ex namorado.

Tendo por base o projeto, nossa questão problema visou compreender quais seriam os efeitos desse experimento na vida dos usuários da página, de modo a pensar os impactos na saúde mental dos envolvidos, além das possíveis formação de impressões e mudanças de comportamento e atitudes nos usuários. Recorremos ao método da etnografia na cibercultura, do tipo observação participante, acompanhando os comentários na página e participando do experimento como os demais usuários. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da UCP e aprovada sob o parecer número 2.729.894. A observação foi complementada pelo envio de questionário aos usuários da página, meio pelo qual foram contatados. Obteve-se, ao todo, uma amostra de 179 pessoas, sendo que 154 de fato passaram pela experiência. A análise dos resultados e as observações dos comportamentos dos usuários indicaram que a participação no experimento Fabi Grossi fomenta discussões sobre a questão de gênero, implicadas na pornografia de vingança.

Com base na análise dos questionários 51,6% declararam sentir mal-estar em algum momento da experiencia sobretudo quando expostos ao conteúdo (imagens, prints e áudios) ou diante dos momentos de intensa emoção e ideações suicidas experienciado pela personagem – Fabi Grossi. Sobre a crença de que o vazamento de informações/imagens intimas poderiam acarretar no suicídio, 98% dos participantes afirmaram a influenciar expressando como principais elementos determinantes e contributivos, o julgamento, pressão e falta de uma rede de apoio familiar e social suscitando a uma desvalorização da imagem pessoal e posteriormente suicídio. Dos participantes 37,3% alegaram ter alguém próximo ou a si mesmo envolvido em situações similares. E 96,1% acreditam que a experiencia foi capaz de prepara-los para ajudar outras pessoas. Sobre os riscos de sofrimento psíquico e ideação suicida em usuários da página 74,5% não acreditam que a experiencia possa acarretar impactos na saúde mental e, apenas 15% declaram que a experiencia poderia aumentar o risco de suicídio alegando como principal fator a existência previa de uma vulnerabilidade emocional. Acerca da mudança de opinião a respeito das vítimas desse fenômeno, 40,5% dos participantes afirmaram ter alterado o entendimento sobre a questão.

Quanto a relevância do projeto 98% confirmaram a importância deste na obtenção de auxilio e informações de como se deve proceder nessas situações. Reconhecendo a validade e importância do projeto na promoção da empatia, sensibilizando e divulgando informações sobre a temática, destarte a experiencia pode trabalhar em nível preventivo e informativo oportunizando a construção de conhecimentos, configurando-se numa ferramenta potencialmente capaz de promover reflexão, aprendizado e mudança de comportamento.

Diante disso, pondera-se sobre os organismos e as relações desenvolvidas como unidades que estão constantemente sendo redesenhadas conforme as configurações históricas, socioculturais, individuais e tecnológicas que vão produzindo mobilizações, consequentemente, nas ideias, discursos e comportamentos sociais (OLIVEIRA, 2017).

As reelaborações dos sistemas de valores e crenças pelo interjogo entre os elementos presentes promovem reestruturações perceptivas e atitudinais. Contudo, “A tecnologia representa invenção cultural, no sentido que produz um mundo. Toda tecnologia emerge de condições culturais particulares ao mesmo tempo em que contribui para a criação de novas condições culturais” (ESCOBAR 2016, p.22)

Quando o estigma passa a fazer parte do cotidiano de um dado grupo e de uma dada identidade social ou cultural, e quando, já formado, ele se cristaliza nas mentes de uma dada comunidade ou sociedade de massa, passa a gerar nessa mesma comunidade e sociedade um sentimento que se tornou mote para as grandes atrocidades cometidas contra o ser humano ao longo do século XX, qual seja, o sentimento de intolerância. Combatê-lo deve ser o princípio básico inerente a todo aquele que se propõe a lutar em favor dos direitos e da dignidade humana (SILVA, 2010 p. 567).

Observando atualmente o crescimento de espaços para discussão sobre a temática permitindo o desenvolvimento de políticas e práticas com objetivo de combater os casos de pornografia de vingança e os crimes cibernéticos, como a criação de espaços on-line que acolhem as vítimas e compartilham informações sobre medidas de proteção neste ambiente. Apontando o projeto de lei aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, que torna crime punível a publicação e divulgação na mídia ou outros meios de comunicação de imagens íntimas sem o consentimento. A lei abrange todos que permite e facilita, por qualquer meio, o contato de pessoas não autorizadas a esses tipos de conteúdo. De igual modo a criação de montagens fotográficas de cunho sexual e íntimo com a imagem do outro sem autorização estará sujeito as mesmas sanções. A aprovação da lei nº 13.7722, de 19 de dezembro de 2018 alterar a Lei nº11.34, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), pois identifica o registro sem consentimento de material de caráter sexual como crime e violação da intimidade da mulher enquadrando-o como violência doméstica e familiar. (BRASIL, 2001, p. 2).

Vale mencionar também a Lei nº12.737, de novembro de 2012 – conhecida como a lei “Carolina Dieckmann”, que trouxe modificações no código Penal Brasileiro, definindo e tornando criminoso alguns atos na internet. Em suma, a lei determina caráter punível comportamentos de invasão de dispositivos tecnológicos para se apoderar de conteúdos e informações pessoais sem autorização. (SIENA, 2013).

A capacidade de flexibilização e recriação nessas circunstâncias admite ao indivíduo refazer seu sistema de valores e crenças e, isso influir sobre si incitando na reconfiguração dos modos de perceber e atuar no mundo subsidiando e favorecendo o emergir dos múltiplos processos de subjetivações e práticas sócias. (BERGER; LUCKMANN 1976).

Diante disso, levando em consideração os dados levantados pela *Safernet* este que traz informações sobre o aumento progressivo do tempo gasto on-line, sobretudo entre os adolescentes/jovens sendo o grupo que mais passam tempo conectados, em relação a outras faixas etárias. Enfatizando também à ausência de supervisão e orientações durante o uso e em tom mais complexo poucos recorrem aos responsáveis diante de situações complicadas vividas em rede. Portanto, ainda é necessário atentar-se para os aspectos dessas novas formas de conexão e de estar conectado.

Contudo, diante do avante tecnológico e o seu atravessamento nas diversas facetas da existência humana instigando na mudança de se pôr e ser no mundo com o outro apresentando uma vertente para manutenção e/ou reconfiguração das engrenagens históricas, socioculturais e psíquicas. Dessa forma, não se deve desconsiderar os efeitos e possibilidades deste novo campo na atualidade buscando-se fazer deste uma ferramenta aliada na luta em defesa dos direitos fundamentais e humanos.

**Palavras chave:** Intimidade; Pornografia de Vingança; Cibercultura; Saúde Mental; Subjetividade.

**REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:**

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do conhecimento**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

BORIS, G. D. J. B; CESÍDIO, M. H. **Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade**. Revista Mal-estar e subjetividade, Fortaleza, v. VII, nº 2, set/2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1518-61482007000200012>. Acesso em acesso: 15 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.772 de 19 de dezembro de 2018. Reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 2.200-2 de 24 ago. 2001. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/128223>> Acesso em: 10 jan. 2019.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **O homem e sociedade:** leituras básicas de sociologia geral. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1968. p. 25 – 122.

CAVALCANTI, V. R. S.; MENEZES, M. R. C. **Tempos reais e tempos virtuais: mulheres violência e cibercultura**. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Salvador, nº 3, v. 7, p. 34-48, out/ 2014. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://aninter.com.br/Anais%2520CONINTER%25203/GT%252007/03.%2520CAVALVANTI%2520MENEZES.pdf&ved=2ahUKEwiUmOCN04HgAhUGHrkGHYkED0AQFjAAegQIBRAB&usg=AOvVaw2mx0sZA6FieZAiWtjyaXhl>. Acesso em: 12 jan. 2019.

ESCOBAR, A. Bem-vindos à Cyberia: notas para uma antropologia da cibercultura. In: SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. **Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura.** Brasília – DF: Letradágua, 2016. p. 21 – 66.

ILHA, F. Jovem comete suicídio depois de ter fotos intimas vazadas na internet. **O Globo,** Rio de Janeiro,20 dez. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/jovem-cometesuicidio-depois-de-ter-fotos-intimas-vazadas-na-internet-10831415>> . Acesso em: 14 jan. 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA, FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro. IPEA, 2018. Disponível em: < [www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/40](http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/40) >. Acesso em: 08 jan. 2019.

LÉVY, P. **O que é virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

MOREIRA, J. O. **Mídia e psicologia: considerações sobre a influência da internet na subjetividade**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2010000200009>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. **Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Rio de janeiro, v. 18, nº 2, maio/ago., 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010237722002000200009&script=sci_abstract&tlng=pt> >. Acesso em: 09 jan. 2019.

OLIVEIRA, G. B. **Diálogos, marcas e conexões:** o método em Teoria Ator-Rede. Revista IGT na Rede, v. 13, nº 25, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1807-25262016000200002>. Acesso em: 09 jan. 2019.

POLIVANOV, B. **Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia?** Implicações dos conceitos. Esferas. Ano 3, nº 3, mar/ dez., 2013. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/4621>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SANTAELLA, L.; CARDOSO, T. **O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour**. MATRIZes, são Paulo, v.9, nº 1, jan/ jun., 2015. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/100679/99413/&ved=2ahUKEwiNysGW1IHgAhWRHbkGHTPzBpQQFjAAegQIAhAB&usg=AOvVaw2ucFYotvrzH0xpO9c86KMp>. Acesso em: 09 jan. 2019.

SILVA, Cristiane Moreira da. Intimidade Online: Outras faces do diário íntimo na contemporaneidade, Curitiba – PR: Appris, 2018.

SILVA, S. G. **Preconceito e Discriminação: as bases da violência contra a mulher**. Psicologia, Ciência e Profissão, Rio de Janeiro, v. 30, nº 3, mar. 2010. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1414-98932010000300009>. Acesso em: 10 jan. 2019.

UNICEF BRASIL. **UNICEF e Facebook apresentam ferramenta de inteligência artificial que fala com adolescente sobre segurança online**, 2018.  Disponível em:<<https://www.unicef.org/brazil/pt/media_38066.html> > Acesso em: 13 jan. 2019.

SAFERNET. Infográfico: Pesquisa jovens 2013. Disponível em: <<https://neww.safernet.org.br>>. Acesso em:10 jan. 2019.

SIENA, D. P. B. **Lei Carolina Dieckmann e a definição de “crimes virtuais”.** Revista Jus Navigandi, Teresina, nº 3652, jul. 2013. Disponível em: < https://www.google.com/amp/s/jus.com.br/amp/artigos/24406/1 >. Acesso em: 10 jan. 2019.

1. Doutora em Psicologia, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Católica de Petrópolis. E-mail: [cristiane.moreira@ucp.br](mailto:cristiane.moreira@ucp.br) [↑](#footnote-ref-1)
2. Discente do curso de Psicologia pela UCP, bolsista CNPq e membro do grupo de pesquisa Psicologia e Mídia. E-mail: [marileneo620@gmail.com](mailto:marileneo620@gmail.com) [↑](#footnote-ref-2)
3. Discente do curso de Psicologia pela UCP, bolsista FCRM e membro do grupo de pesquisa Psicologia e Mídia. E-mail: [isabeladacruz2009@hotmail.com](mailto:isabeladacruz2009@hotmail.com) [↑](#footnote-ref-3)
4. Discente do curso de Psicologia pela UCP e membro do grupo de pesquisa Psicologia e Mídia. E-mail: [edsonsabadin@gamil.com](mailto:edsonsabadin@gamil.com) [↑](#footnote-ref-4)
5. Psicóloga, membro do grupo de pesquisa Psicologia e Mídia e voluntária do CRP-RJ na Subsede Região Serrana. E-mail: [francyne.sandrade@gmail.com](mailto:francyne.sandrade@gmail.com) [↑](#footnote-ref-5)
6. Psicólogo e membro do grupo de pesquisa Psicologia e Mídia. E-mail: [rafaelwmb@hotmail.com](mailto:rafaelwmb@hotmail.com) [↑](#footnote-ref-6)
7. Psicólogo, Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense e membro do grupo de pesquisa Psicologia e Mídia. E-mail: [Sylvio\_pecoraro@hotmail.com](mailto:Sylvio_pecoraro@hotmail.com) [↑](#footnote-ref-7)
8. Discente do curso de Psicologia pela UCP e membro do grupo de pesquisa Psicologia e Mídia. E-mail: [pami.teixeira@hotmail.com](mailto:pami.teixeira@hotmail.com) [↑](#footnote-ref-8)
9. Psicólogo e membro do grupo de pesquisa Psicologia e Mídia. E-mail: [kiqleonardopsi@gmail.com](mailto:kiqleonardopsi@gmail.com) [↑](#footnote-ref-9)